

### Divulgação da providência irrita a direção da Funai

O presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, ficou bastante irritado com a divulgação da notícia do afastamento dos técnicos estrangeiros. Segundo ele, tratava-se de um assunto reservado que não deveria ter transpirado. A orientação governamental, ao que se comenta, está atingindo outros setores que empregam técnicos estrangeiros em áreas de segurança nacional, mas o assunto vinha sendo mantido sob reserva e tratado com discrição.

Logo, diversos setores se manifestaram, especialmente padres preocupados com a possibilidade da medida atingir os missionários estrangeiros que vivem, alguns há mais de 50 anos, junto às comunidades indígenas, em regiões de fronteira. O presidente do Antrópodo do Brasil, padre José Vicente Cesar, mostrou-se favorável ao afastamento dos pesquisadores estrangeiros da direção de projetos e programas de desenvolvimento comunitário, mas não fez restrições ao prosseguimento de suas pesquisas nessas áreas.

Outros antropólogos também defenderam a necessidade dos programas serem dirigidos por brasileiros. Mesmo ressalvando a competência dos técnicos, eles acham que os estrangeiros, apesar de conhecerem os grupos indígenas, não têm informações e vivência suficientes para compreender a sociedade envolvente, partindo, algumas vezes, para a realização de planos utópicos e românticos, que não solucionam o problema do índio brasileiro.

As razões de segurança nacional apresentadas pela Funai não tiveram o apoio dos especialistas. O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, padre Antonio Iasi, afirmou que o governo deverá estar mais preocupado com os maus brasileiros que vivem na fronteira e as empresas multinacionais que exploram essas áreas e que realmente colocam em risco a segurança nacional. Para ele, a presença do pesquisador estrangeiro é muito importante nas áreas indígenas, pois o Brasil ainda não tem especialistas em número suficiente para substituí-los nessa tarefa.

"Muitos etnólogos estão saindo das universidades — disse — mas poucos realmente querem assistir o índio de perto, levantando os problemas com coragem e trabalhando de fato para a causa indígena. Eles

preferem continuar em seus gabinetes, encarando as áreas indígenas apenas como laboratórios para a realização de suas teses".

#### Defesa

O professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Roberto Cardoso de Oliveira defendeu o trabalho que vem sendo realizado pelos pesquisadores estrangeiros. "Embora a antropologia no Brasil tenha se enriquecido nesses últimos dez anos — afirmou —, com boa quantidade de jovens saídos dos cursos de pós-graduação das universidades de São Paulo, do Museu Nacional do Rio de Janeiro e da Universidade de Brasília, ainda nos ressentimos de profissionais qualificados, em nível doutoral para todas as atividades de coordenação e direção de projetos de pesquisas, seja ela acadêmica, seja aplicada. Por outro lado, me parece altamente rentável para o desenvolvimento da própria Antropologia entre nós a manutenção de colegas estrangeiros, os quais, mercê de uma boa formação científica, possam contribuir com diferentes linhas teóricas que se multiplicam em toda a Ciência, particularmente dentro das Ciências Sociais".

O antropólogo tem uma visão própria da questão discutida nos últimos dias de que o pesquisador estrangeiro não deixa qualquer contribuição de seu trabalho para seus colegas e instituições brasileiros: "No caso da Antropologia, este problema não existe sobretudo atualmente, quando praticamente todos os etnólogos que vêm pesquisar no Brasil o fazem sempre com o patrocínio de uma instituição nacional, seja ela universitária, seja uma entidade do governo, com a própria Funai que contratou três antropólogos estrangeiros para os seus programas, além de um número maior de especialistas brasileiros que hoje participam do seu quadro. Já temos um padrão de intercâmbio de informações fundados numa ética igualmente firmada entre nós, além da obrigatoriedade dos pesquisadores apresentarem seus relatórios científicos as instituições nacionais e copatrocinadoras".

#### Idéia superada

"Além do mais — continua — vale enfatizar que a idéia que vigorou nos anos 30 a 40 sobre

o monopólio que cada pesquisador deveria ter sobre o grupo indígena que eventualmente pesquisasse, hoje está totalmente superada: É bastante desejável que sobre um único grupo indígena venham a incidir diferentes investigações, fundadas em perspectivas teóricas e igualmente diferentes, a fim de enriquecer o nosso conhecimento".

Quanto à formação de etnólogos no Brasil, Cardoso de Oliveira acha que ela recebeu grande impulso a partir da Reunião Brasileira de Antropologia realizada em Florianópolis, em 1974.

"Nessa ocasião, o presidente da Funai, general Ismarth Araujo procurou mobilizar os antropólogos para colaborarem efetivamente com a política indigenista, através de pesquisas etnológicas. Para nós isso foi, até certo ponto, surpreendente, uma vez que estávamos habituados com a atitude tomada pela gestão anterior da Funai, quando a autorização para a ida ao campo de um antropólogo era dificultada ao máximo. Por isso não esperávamos que a Funai estivesse tão interessada em nossa colaboração".

"Como consequência dessa convocação — conclui — muitos de nossos colegas, entre brasileiros e estrangeiros, atenderam de imediato o pedido do general. Até então, realmente o interesse dos jovens antropólogos em estudarem índios vinha diminuindo progressivamente. A eventualidade de um engajamento em pesquisas estimuladas ou mesmo financiadas pela Funai vem se refletindo no aumento de interesse na profissão de etnólogo, como estamos podendo observar nos cursos de pós-graduação".